

**A POLÍTICA DA EXISTÊNCIA NA GEOGRAFIA HUMANA DE
PAUL VIDAL DE LA BLACHE**

**THE POLITICS OF EXISTENCE IN THE HUMAN GEOGRAPHY OF
PAUL VIDAL DE LA BLACHE**

Bernard Teixeira COUTINHO¹

Resumo: Ao longo dos anos, a obra de Paul Vidal de La Blache tem se apresentado aos geógrafos contemporâneos de modo cada vez mais complexo. Um dos aspectos que pertence a essa complexidade referendada é a própria concepção vidaliana daquilo que estamos denominando política da existência, enquanto um instrumento eficaz de consolidação da existência como política espacial. Tal aspecto, ainda que de maneira secundária, incita um debate sobre a ontologia do ser terrestre. Julga-se urgente um retorno a Vidal para que o tema da existência na Geografia seja relido e requalificado, a partir dos instrumentais teóricos oferecidos pelo próprio geógrafo francês, a saber: o papel do trabalho no cotidiano, da técnica, das esferas do ser e de seus modos.

Palavras-chave: Gêneros de vida; Cotidiano; Política da existência; Ser terrestre; Ontologia.

Abstract: Over the years, the Paul Vidal de La Blache work has introduced it self to contemporary geographers in a away each time more complex. One of the aspects that belong this complex referred the own Vidal de La Blache conception, about, what we are calling politics of existence while an effective instrumental of consolidation from existence as the space policy. This aspect, although, in a secondary way it incits one discussion about the ontologies of the terrestrial being. It judges urgent a return to Vidal to make this subject matters, the existence in Geography be reread and requalified, starting from theoretical instruments offered by the own french geographer, they are, the function of the work in everyday life, of the technique, the spheres and the way of beeing.

Keywords: Genders of life; Daily; Politics of existence; Terrestrial being; Ontology.

Vidal de La Blache no interior de um ostracismo desmedido

Com Paul Vidal de La Blache, *Principes de Géographie Humaine*, foi incorporado ao conhecimento geográfico a noção de gênero de vida. Geógrafos como J. Brunhes (1920), Max Sorre (1952) e mais tarde Pierre George (1969), ora mais ora menos concordes com o conhecimento de suas épocas, não puderam negligenciar que a Geografia Humana integrava como conhecimento, as experiências do cotidiano (SEABRA, 2004, p. 204).

A segunda metade do século XIX marca o alargamento das distâncias entre o homem e a natureza, no período em que a simbiose sociedade-natureza se tornara indispensável a um projeto possível de emancipação humana, longe dos preceitos metafísicos e da hegemonia do tempo. A França produzira, anos mais tarde, geografias articuladas e conscientemente preocupadas em suplantar a tendência das fragmentações. Reclus é, talvez, uma das

¹ Mestre em Geografia pela Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor Docente I de Geografia da Prefeitura Municipal de Maricá, RJ. E-mail: plumuarte@hotmail.com.

expressões mais importantes desse momento. Com sua Geografia Social, em parte tributária à geografia ritteriana, protagonizou uma das batalhas das ideias mais pujantes na história da ciência geográfica, junto à Geografia Humana de Paul Vidal de La Blache.

O período das fragmentações (estendido até os nossos dias) se abre no momento em que o estudo das naturezas inorgânica e orgânica, sob os postulados dos métodos geológicos, pretendia converter a Geografia numa ciência pura. Segundo o geógrafo Broek, “como o comportamento humano não parecia estar sujeito a nenhuma lei geral, eles [os geógrafos ligados aos estudos do clima, da natureza orgânica e da geomorfologia] pretendiam excluir totalmente o homem da Geografia” (1972, p. 28). A geografia ritteriana, responsável em retirar a ciência geográfica da prática metodológica da descrição e do campo taxonômico, oferece ao nosso campo disciplinar teoria e método, facilitando a entrada da Geografia no rol das ciências modernas. Fê-lo admitindo a validade dos estudos corográficos para promover a observação.

A organização corográfica, provinda de Varenus e Kant, é incorporada por Ritter² para, sob os estudos de impositação herderiana, instituir o seu método comparativo. Trata-se de um olhar geográfico reconhecidamente revolucionário, mas incapaz de combater, sozinho, o afastamento do homem nas discussões geográficas. Nota Broek que “a cátedra de Geografia, que Ritter ocupara na Universidade de Berlim, permaneceu vaga por muitos anos. Também na Inglaterra a primeira cátedra de Geografia, ocupada por Alexander Maconochie na década de 1830, estagnou depois de sua renúncia” (1972, p. 28).

Paul Vidal de La Blache teria sido o geógrafo responsável em sinalizar as lacunas e a oferecer novas metas aos estudos geográficos. O geógrafo francês estimulou uma teoria geográfica distanciada do determinismo ambientalista na França (BROEK, 1972). O seu livro *Tableau de la Géographie de la France* foi o marco dessa mudança, ao aproximar-se, numa espécie de reabilitação, à Geografia dos homens (GALLOIS, 1903). De uma forma geral, a então chamada Escola Regional Francesa³ segue esta tendência à luz dos estudos regionalistas. O pensamento vidaliano ganhou notoriedade frente aos estudos de Reclus, inclusive, chegando a países como Grã-Bretanha e Brasil (ANDRADE, 1987).

A propósito, os primeiros mestres franceses chegam ao Brasil na primeira metade do século XX, na chamada missão francesa, contribuindo para a implantação da Geografia

² Ritter instaura uma análise histórico-geográfica, diferentemente da descrição empreendida por Humboldt. Na geografia ritteriana, o homem é um agente de transformação e de vida.

³ Expressão que há anos esteve ligada aos geógrafos franceses que, de uma forma ou de outra, relacionavam-se com a obra de Paul Vidal de La Blache.

Científica. Esse momento⁴ seria determinante à preparação da Geografia produzida no Brasil, oferecendo a metodologia vidaliana tão utilizada na França. Junto aos professores Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig e Francis Ruellan, vieram modelos e paradigmas de Emmanuel De Martonne, inspirador dos estudos de Geografia Física e de Biogeografia, e de Albert Demangeon e Jean Brunhes, mestres que ofereceram respaldo teórico aos temas de Geografia Humana. Num segundo momento, pós-II Guerra Mundial, outros mestres franceses marcariam presença na produção geográfica brasileira, a exemplo de Max Sorre, Jean Tricart e o biogeógrafo divulgado por Aroldo de Azevedo, Dansereau (LINS, 1978).

Ao longo dos anos, essa forte presença dos franceses no Brasil sofreu transformações significativas⁵. No fim das contas, o projeto clássico de Geografia importado da França mostrou-se falido⁶. Sob o mito do possibilismo *versus* determinismo, a confusão entre o determinismo geográfico e o biológico e a recusa/crítica das heranças ou filiações dos clássicos, reservaram a Vidal o caminho do ostracismo. Esquecemos, logo, de sua epistemologia e da herança deixada por seus interlocutores mais ilustres, como é o caso de Jean Brunhes e Max Sorre.

As relações de trabalho (no) cotidiano como princípio da simbiose homem-meio: uma ontologia do ser terrestre em Vidal?

A geografia vidaliana nos reserva um cabedal valioso de leituras empíricas sobre o gênero de vida. O método criado por Paul Vidal de La Blache não deixa dúvidas sobre a natureza desta noção que, a bem da verdade, ao se instrumentalizar nos estudos analíticos e monográficos, acumula força epistemológica suficiente para ser promovida a conceito.

⁴ A geógrafa Rachel Caldas Lins, em *Natureza e limites do conhecimento geográfico*, breve texto publicado ainda em 1978, recupera um documento referente ao 3º Encontro de Geógrafos (Fortaleza-CE), escrito por Carlos Augusto Figueiredo Monteiro, onde o mesmo lança mão de três momentos predominantes na história recente do pensamento geográfico, quando se esforçou em empreender um levantamento de produções: o primeiro, que vai de 1934 à 1948, corresponde à chegada dos mestres franceses na Universidade de São Paulo e na Faculdade Nacional de Filosofia e à gestação da Geografia Científica no Brasil; o segundo (1948-1956), corresponde às atividades anuais da AGB, a intensificação do intercâmbio Brasil-França (bolsas concedidas a brasileiros e a vinda de novos professores franceses ao Brasil) e participação em Congressos internacionais; o terceiro, finalmente, deu-se de 1956 à 1968, iniciado pelo XVIII Congresso Internacional de Geografia, evento ocorrido no Rio de Janeiro, de 3 a 10 de agosto, sob o patrocínio da União Geográfica Internacional (UGI). O referido documento intitula-se “Apontamentos para uma Avaliação da Geografia no Brasil (1934-1977). Um apelo à Filosofia da Ciência para esclarecer o papel do Método na solução de uma crise de identidade epistemológica” (LINS, 1978).

⁵ Acerca da “Escola Brasileira” de Geografia em seu relacionamento com os mestres franceses, ontem e hoje, consultar Borzacchiello (2012).

⁶ Faz-se alusão ao que Milton Santos (1986) escrevera no capítulo I da obra *Por uma Geografia Nova*.

Enquanto tal, gênero de vida possui uma característica que conceitos e categorias da própria Geografia foram perdendo ao longo do tempo. O que qualifica gênero de vida, tanto na obra de Vidal quanto nas de seus discípulos, é a energia que a pesquisa geográfica despende para descrever a natureza e as suas formas ao passo em que releva o protagonismo do movimento das sociedades.

Na medida em que a produção das histórias se articula e se conjuga com a estrutura do habitat, a materialidade desponta como fio condutor do percurso metodológico de apreensão da produção da vida humana. Sem a materialidade, gênero de vida não poderia ser um conceito, pelo menos ao modo como o entendemos, hoje, dentro das ciências modernas. A combinação entre materialidade e movimento seria, então, a razão de ser do conceito gênero de vida e, mesmo, a cadência da própria vida mundana.

Logo, não seria forçoso afirmar que é ele um conceito que reúne, a um só tempo, epistemologia e ontologia: uma epistemologia recordada e classificada em manuais de história do pensamento geográfico e uma ontologia inteiramente condenada ao ostracismo. O caráter não dissociativo do gênero de vida é passível de ser alargado, podendo mesmo ser empregado com formas variadas. Ele nos convida a pensar teoricamente na produção da vida social e em suas inelimináveis consequências concretas nos homens e na natureza, sem haver quaisquer desvios dicotômicos.

Para Vidal, o gênero de vida, enquanto modo de existência, é capaz de promover verdadeiras mudanças nas formas da paisagem, servindo-se ao ser terrestre de instrumento prático de transformação das formas e também dos conteúdos. As ações que promovem essas mudanças jamais passam despercebidas, ainda que, aqui e ali, veladas por práticas cotidianas existentes. Transformam-se os hábitos ao mesmo tempo em que mudam as formas e as espacialidades pretéritas. Dentro deste conjunto de transformações, a natureza orgânica sensível é alterada e modelada para ser condição de estabelecimento da vida humana na superfície terrestre. Ao passo em que o ser habitante utiliza o solo subjugado por qualquer lógica de ordenação, ele imprime para si os arranjos necessários para a superação das dificuldades de sua própria reprodução e garante novos elementos ao seu grupo. Tudo isso só pode ser concebido se as interações humanas com a natureza orgânica forem asseguradas.

Não à toa, a própria natureza⁷ organiza sua rearrumação, como se tivesse de recompor a sua distribuição areal para que a ontologia do ser, que vive em sociedade, possa ser

⁷ “A natureza, de que fala Vidal de La Blache, é já uma natureza humanizada e a substância dela retirada para fabricar objetos já é trabalho humano” (SANTOS, 1986, p. 36).

especializada. Ela reitera o impulso de desequilíbrio que lhe é próprio para estender-se no terreno o seu modo de ser.

A vegetação se modifica em torno das pastagens onde são instalados os rebanhos; a árvore aparece onde sua presença fora excluída; algumas plantas não convocadas surgem espontaneamente, atraídas pelos cultivos. E a contrapartida desse espetáculo nos é oferecida nas regiões [*contrées*] muito numerosas onde dominam, entre outras chagas, os abusos pastorais (VIDAL DE LA BLACHE, 1911a, p. 193-194, tradução nossa).

Os processos situacionais que daí decorrem são estimulados pela primitiva prática humana de se estar no meio, graças ao trabalho que é desempenhado para construir instrumentos úteis ao uso rotineiro. É o nível de desenvolvimento da técnica que mostra o quanto o grupo humano se organiza e se habitua com o meio, da mesma forma como é a técnica aquela que orienta as ações humanas. Ela surge da interação do homem com a natureza que lhe aparece como uma reserva de instrumentalidades prontas para serem valoradas pela utilização. Por isso, Vidal sinaliza que o gênero de vida implica numa “ação metódica e contínua”, justamente porque é esta que estimula o acúmulo de níveis, cada vez mais avançados de interações com a natureza e de transformação da mesma.

Mas essa mesma ação, ao ser observada no interior da relação do homem com a natureza, jamais pode ser compreendida como resultado das influências desta última nas práticas dos seres sociabilizados. A história não nos faz crer que a natureza tenha influenciado as ações humanas a ponto de torná-las produto do modo de ser da natureza orgânica. Elas apenas e necessariamente cumprem as atividades que são seminais na reprodução social. Cabe aos seres sociabilizados praticarem seus gêneros de vida de maneira a romper com o modo de vida restritamente “natural”. Seria um equívoco, assim, considerar as sociedades humanas como o resultado direto da força da natureza orgânica, absoluta e irredutível, já que é na prática social que os grupos humanos se distinguem e – usando uma expressão vidaliana – “contrastam”. Esses contrastes ou oposições “apenas muito indiretamente são fatos da natureza. Seria um abuso de linguagem ver nelas a tradução do meio físico” (VIDAL DE LA BLACHE, 1911a, p. 194, tradução nossa).

Tal constatação permite identificar na natureza orgânica um sem número de possibilidades⁸ de uso orientados pelos homens. Aqueles que se voltaram para um modo de

⁸ “Quando Vidal de La Blache escreve que ‘não existem necessidades, mas em toda a parte existem possibilidades’ trata-se de uma verdade banal. O reino do possível não é o mesmo do aleatório, mas o da conjunção de determinações que juntas se realizam a um dado tempo e lugar. Não se trata aqui de ‘fatalidades’ (...)” (SANTOS, 1986, p. 26).

ser particular e próprio do ser coletivo (sociabilizado em agrupamentos humanos) não correspondem a um fragmento de natureza e, por isso, não são a resposta direta de uma de suas possibilidades. Em verdade, eles produziram uma forma de ser diferente de outras também pertencentes ao ser coletivo, a partir da produção do valor no meio.

Pode-se dizer que Vidal, ao mesmo tempo em que curiosamente critica o positivismo entranhado na sociologia francesa da época, traz para a Geografia a função da prática espacial na conservação da identidade, dos valores e da criação de normas e regras para serem as bases do novo habitat. Ele não o faz, entretanto, revelando as contradições, mas afastando-se das classificações sociológicas para sublinhar a existência da diversidade pertencente à natureza. Apesar disso, na descrição de seus estudos sobre áreas a serem comparadas, gêneros de vida nos chegam como a marca de uma verdadeira dialética.

A dialética tratada para fazer-se a leitura de gênero de vida se assenta na interação do homem com a natureza orgânica, isto é, tanto a vegetal quanto a animal. E ela mesma é composta pelas ontologias dos seres habitantes e pelas influências do clima e do solo, sem as quais não existiriam as complexidades e a própria existência da “fisionomia das áreas” (conceito de natureza, em Vidal). Por ser a vida composta por diferentes espécies vegetais e animais, a natureza quando de encontro ao homem, também complexo e múltiplo, abriga em seu interior diferentes modos de ser que reclamam um pedaço do meio físico.

As disputas entre as espécies, segundo o próprio geógrafo, nascem desta mesma complexidade. E o homem, inserido nesta natureza imprecisa ou em equilíbrio instável, também se lança à luta pela garantia de um lugar como um participante fundamental. Quanto mais complexa for a dinâmica da natureza, maior será o desafio a ser enfrentado pelo homem, uma vez que “ele se expõe a deparar-se com chances bastante desiguais segundo os seus campos de batalha” (VIDAL DE LA BLACHE, 1911a, p. 195, tradução nossa), justamente por ser acompanhado pela necessidade e por, em decorrência disso, estar em incansável relação com a natureza para extrair recursos dela própria. Isso explica, em parte, o modo como os homens conduzem as suas práticas voltadas à escolha dos seus meios de existência.

Vidal utilizou-se desta tese para justificar as diferenças entre gêneros de vida que entram no jogo da oposição, tendo como respaldo as classificações dos grupos humanos, ao julgar seus gêneros de vida como muito ou pouco evoluídos. E, contraditoriamente, incorporou o que havia refutado dos sociólogos, chegando mesmo a dizer que a produção da miséria social (e a dispersão de povos para outras áreas até então por eles não ocupadas, p. ex.) decorre das baixas possibilidades que a natureza oferece ao ser sociabilizado ou da

ausência ou baixa capacidade de domínio de técnicas. Tudo isso para sinalizar a importância que a complexidade da natureza possui para os homens.

Natureza dinâmica e maleável e capacidade de mobilização de recursos para sanar necessidades são o contraponto de uma mesma combinação. São elementos de um binômio que podem explicar a existência do ser (ou, de modo rigoroso, do ente) terrestre, isto é, a forma como ele existe ao praticar seu gênero de vida no meio físico criando, junto à natureza, novas possibilidades. Em outras palavras, somente as combinações complexas são capazes de oferecer ao gênero de vida condições de transformar a natureza.

As relações não se estabelecem entre simples unidades, mas entre associações mais ou menos poderosas, mais ou menos compactadas e fechadas. Estas associações vegetais e animais vivem juntas sob os mesmos lugares “como os habitantes de uma mesma cidade”. Esses habitantes estão unidos por um vínculo de interesses recíprocos, uns beneficiando-se da presença dos outros, dosando reciprocamente, na posição comum, a parte de abrigo e de luz, de umidade, de calor, de substâncias químicas, as quais se acomoda a existência de cada um dos co-associados (VIDAL DE LA BLACHE, 1911a, p. 196, tradução nossa).

Não havendo diversidade na composição bioclimática de uma área, o homem não conseguiria produzir os seus graus de inserção à superfície. A sua imanência se debilitaria, atingindo a si próprio e a sua capacidade de orientar-se no meio. Na medida em que a natureza dinamicamente produz complexidade ou diversidade, estímulos são oferecidos a este mesmo homem que, agora, está apto a assumir uma posição de decisão, prenhe de iniciativa e intervenção. Um exemplo nos é oferecido quando o geógrafo escreve sobre a importância que as variações entre estações possuem na perpetuação das modificações na natureza. As estações, ao serem substituídas, provocam abalos na constituição do terreno e, mesmo, na disposição de elementos vivos, da vida propriamente dita, ao longo de todo raio de existência do homem. Esta recombinação exige do homem esforços concretos para garantir a sua sobrevivência, sendo necessário, para isso, constantes adaptações. Daí Vidal, conclusivamente, anunciar: “se é verdade que a diversidade dos climas não cessou de se acentuar nos períodos geológicos mais próximos da época atual, somos levados a dizer que, ao crescer em variedade, o mundo cresceu em inteligência” (1911a, p. 212, tradução nossa).

Supõe-se que é por esta razão que a própria noção de adaptação ao meio físico se reveste de espacialidades conflitivas, no sentido mesmo em que a qualidade de ser terrestre ao homem é empregada quando o mesmo se identifica com o seu modo de habitar, na exata medida em que se identifica com o seu modo de existir. A adaptação não aprisiona o homem

no enorme quadro de vida orgânica, como se ele fosse apenas um dos seres vivos constitutivos da natureza viva. Ao contrário, ela imprime uma capacidade de estar em algum lugar que não se desliga da particularidade do modo de ser humano. Quando a vegetação desponta como um resultado da genuína associação resistente da natureza, o homem não se reduz diante das combinações promovidas pela temperatura e pela presença da umidade, mas propõe modos de coabitação capazes de serem ajustados. O homem, assim, “não está, no que diz respeito à natureza ambiente, numa relação de dependência que possa ser associada a dos animais e das plantas” (VIDAL DE LA BLACHE, 1902a, p. 22, tradução nossa). Ainda que a natureza possa aparecer ao homem de forma resistente e fechada ou aberta e “receptiva”, em momentos totalmente diferentes, ela é o componente central da vida para que o homem consiga ser invadido por hábitos de existência, indispensáveis à sua organização no meio e para o asseguramento de suas realizações básicas, como construções de estabelecimentos temporários ou fixos, criação de instrumentos e domínio de instrumentalidades e, inclusive, associações novas como resistência a um arranjo hostil à sua presença.

A ação do homem se exerce às expensas de associações pré-existentes que lhe opõem uma resistência desigual. Se ele conseguiu transformar a seu favor uma grande parte da Terra, não lhe faltam áreas [*contrées*] onde foi derrotado. O sucesso, nas porções da Terra que ele conseguiu humanizar, só foi obtido ao preço de uma ofensiva onde, aliás, encontrou aliados; sua intervenção, por assim dizer, desencadeou forças que estavam em suspensão. Para constituir os gêneros de vida que o tornassem independente das chances de alimentação cotidiana, o homem teve que destruir certas associações de seres vivos para formar outras. Teve que agrupar, por meio de elementos reunidos de diversos lados, sua clientela de animais e de plantas, fazendo-se assim ao mesmo tempo destruidor e criador, isto é, realizando simultaneamente os dois atos nos quais se resume a noção de vida (VIDAL DE LA BLACHE, 1911a, p. 200, tradução nossa).

Essa passagem exemplifica a esfera do ser terrestre e sociabilizado que tem como particularidade produzir o novo, ao passo em que transforma aquilo que está ao seu redor, criando uma circumundandade e tornando familiar aquilo que antes a ele era alheio. O modo de ser da vida social é o cume de uma “evolução”. O homem possui uma natureza ontológica específica cuja importância advém fortemente daquilo que se pode chamar de *força do hábito*⁹ (VIDAL DE LA BLACHE, 1902a).

Como um “conjunto de técnicas adaptativas” (SORRE, 1967, p. XIII), gênero de vida

⁹ “É necessário lembrar que a força do hábito desempenha um grande papel na natureza social do homem” (VIDAL DE LA BLACHE, 1902a, p. 22, tradução nossa).

expressa o vínculo existencial entre os grupos humanos – e, sobretudo, as atividades – e as propriedades do meio. Ele oferece o máximo de estabilidade possível e representa metabolicamente a arena de reprodução entre as espécies biológicas, que se prolongam na natureza sob interações concorrenciais. As estabilidades possíveis, logo, se traduzem num equilíbrio instável, “onde nenhum lugar está definitivamente garantido” (VIDAL DE LA BLACHE, 1911a, p. 195, tradução nossa). Essa concorrência entre os organismos vivos se desdobra nas disputas pelos meios de existência travadas pelos próprios homens, que se encerram num circuito de intervenção bastante desigual (que apresenta feições de desenvolvimentos ou “áreas com graus desiguais de desenvolvimento” com infinitas características).

O gênero de vida é, antes de tudo, um instrumento de espacialização dos modos de vida, por isso mesmo Sorre (1967) ressalta que, ao atravessar o imenso labirinto da diversidade dos meios desigualmente produzidos, os homens se transformam com a diversidade dos modos de vida. Com efeito, a ação humana é estimulada não só pelas “forças externas”, como o próprio Sorre expressa, mas pela natureza. Vidal enxergava nessa mesma ação uma intervenção metódica e contínua sobre a natureza. Ela é a potência e a efetivação das transformações necessárias da paisagem, redefinindo o modo expositivo da disposição areal sob a espacialidade dos hábitos humanos que, desde o princípio, colabora para a instalação de organizações das civilizações respaldadas ou, ainda, capitaneadas pelas modulações situacionais. É como se o homem deixasse de coabitar simplesmente com os desígnios do corpo orgânico da vida para sublinhar os traços da vida social. Daí ser o homem o agente organizador de condições de existência novas, num ritmo que respeita o processo de constituição existencial, que nasce da localização e passa pelos sistemas de distribuição, da ocupação, da organização do meio, da fabricação de instrumentos e das construções provisórias ou não, como já verificado (VIDAL DE LA BLACHE, 1911a).

Este é um processo que implica na saída do homem do campo “pré-social” promovida pela formação da sociabilidade. Não se trata de uma saída completa, mas, ao contrário, de uma recondução dos modos de visualização dos sítios e entrada de novas instrumentalidades que desloca o homem ao campo da existência (sócio)espacializada. É quando o homem se autoconstrói numa mudança qualitativa do ser. Trata-se do momento em que as determinações biológicas já não mais regem a existência humana, embora nela ainda estejam presentes. O próprio Sorre reconheceu isto, tratando de explicitar que “na medida em que os homens vão emancipando-se da sujeição à natureza, o centro se corre, a noção [de gênero de vida] se

enche (...) de elementos sociais” (1967, p. XIII).

Em síntese, na obra de Vidal – herdeiro do pensamento evolucionista originado em Darwin¹⁰ –, é elaborado um plano de investigação a ser aproveitado numa leitura acerca da distribuição populacional pelo Globo, conjugada com uma progressão descontínua que resulta em isolamento¹¹. De acordo com o geógrafo, isto pode resultar em estagnação, ponto que demonstra a pretensa progressão contínua da civilização francesa frente aos grupos humanos estagnados, à luz de um arsenal técnico insuficiente à evolução societal¹².

O aprimoramento das técnicas, facilitado pelas civilizações “avançadas”, as colocariam numa relação apurada com o meio, colocando a Terra como sinônimo de organismo (explicável pela formulação de leis gerais). Tal concepção une, a um só tempo, as ideias de meio, organismo, ação humana (o homem posto como um fator geográfico passivo e ativo) e gênero de vida.

Vidal apostara numa leitura acerca da dinâmica da paisagem, ao compreendê-la como permanência, filiando-se ou expressando a visão da contingência, apresentando, também, um diálogo com as possibilidades oferecidas na existência¹³. A partir do emprego da contingência, Vidal passa a dotar o homem de ferramentas históricas, capaz de recolher formas possíveis de relação sua com a natureza, a partir da livre escolha¹⁴.

A contingência leva-nos a perceber em Vidal a força da simbiose homem-meio. O meio, como um conjunto de condições heterogêneas, impõe ao homem o compromisso de se adaptar ao habitat, de modo a criar condições de apreender as possibilidades oferecidas pelo meio. Ela é o fio condutor das categorias da civilização e do gênero de vida, amplamente

¹⁰ “O projeto vidaliano consistia, a partir desses fundamentos naturalistas, construir um tempo humano que utilize de maneira genealógica uma única temporalidade e postula uma flecha do tempo etnocêntrico. Os fundamentos naturalistas da geografia clássica combinam-se cada vez mais com as temporalidades dominadas pelos ritmos naturais, mais lentos que o relógio, do que pela evolução das sociedades. Operou-se, apenas posteriormente, a transferência do tempo naturalista em direção a retrospectiva histórica em geral, e que o capítulo retrospectivo se tornou inevitável no estudo de um conjunto territorial. O modelo intelectual cientificista e europeu da época propunha um tempo orientado por uma *flecha única de evolução da humanidade*” (ELISSALDE, 2000, p. 228, grifo nosso, tradução nossa). Para eventual aprofundamento acerca deste ponto, recomenda-se a leitura de *Géographie, temps et changement spatial* (ELISSALDE, 2000).

¹¹ O isolamento e a sua ausência é uma condição geográfica a ser aproveitada pelas regiões. Esses “fatores” atingem diretamente as relações humanas, diferenciando os grupos que incorporam gêneros de vida díspares, e a diferença entre as regiões tem como causa a posição.

¹² Tal sentença justifica o imperialismo francês do século XIX.

¹³ Este diálogo com as possibilidades ontológicas expressa em Vidal é percebido na Geografia Social de Élisée Reclus.

¹⁴ “O grupo fundador dos *Annales de Géographie* e Vidal de La Blache introduziram em seus esquemas o livre-arbítrio e a autonomia humana para explicar a parte imprevisível das teorias darwinistas transportadas ao homem. Nesta perspectiva, a geografia se projeta como a disciplina que cria uma ponte entre o rigor determinista das ciências da natureza, dominadas nesta época pelo credo cientificista, e sua transposição à vida humana, com a obrigação de se levar em consideração a liberdade e a incerteza relacionadas às atividades humanas” (ELISSALDE, 2000, p. 225, tradução nossa).

trabalhadas em *Princípios de Geografia Humana*. Pode-se argumentar, de modo preciso, que, a partir desse conceito, Vidal e os geógrafos vidalianos percebem uma ruptura nas interações homem-natureza. A contingência fornece as condições teóricas para enxergá-la (e não propriamente para promovê-la). Trata-se, em termos gerais, de um conceito tomado de empréstimo da filosofia de Boutroux¹⁵ e empregado por pensadores do século XIX (a exemplo de Antoine Augustin Cournot e Henri Berr), que conseguiu escapar dos exageros e do quadro lógico do positivismo, filiando-se ao antipositivismo e ao historicismo. Conforme Elissalde, a contingência.

Permitiu à Vidal e aos seus discípulos introduzir o fator externo ou a variável específica nas cadeias causais que unem uma civilização e seu meio físico. Como tal, a contingência desempenha um papel central para fazer emergir “a individualidade de uma região [*contrée*]” (V. Berdoulay, 1981) (2000, p. 233, tradução nossa).

Fernandes Martins, autor do prefácio que abre a edição portuguesa de *Princípios de Geografia Humana*, escrito em junho de 1946, postula:

O meio, complexo de condições variadas de clima, solo, associações vegetais, posição, situação, relevo, atua sobre os grupos humanos; estes respondem, reagindo, adaptando-se ativamente a essas condições, determinando-se por uma ou várias das possibilidades que o meio oferece. Não há aqui uma relação de causa e efeito, mas de excitação e reação, pois não vemos que as mesmas causas geográficas produzam os mesmos efeitos. Será porque as condições variam? Mas neste caso, como o agente que determina essa variação é este ou aquele grupo humano, hemos de reconhecer que, para além das chamadas imposições tirânicas do meio, forçoso é considerar a possibilidade da resposta do homem no sentido de as modificar, de lhes diminuir a acuidade (*Prefácio*, 1954, p. 10).

Admitindo a ideia de que o meio é “programado” pelo homem para que este o use pelo emprego da combinação de instrumentos – objetos técnicos criados pelo homem, também chamados de *material etnográfico*¹⁶ (VIDAL DE LA BLACHE, 1902a) –, não resta alternativa à Vidal se não aquela que preenche a sua Geografia Humana de política. Produzido

¹⁵ Paul Vidal de La Blache visualiza na “contingência das leis da natureza” de Émile Boutroux (1845-1921) e no método de observação por ele empregado a possibilidade de se compreender o movimento das ontologias na superfície terrestre, a partir da incorporação da filosofia espiritualista do filósofo francês em tela (CAPEL, 2012). O método da observação, diga-se de passagem, já não era novidade desde Kant e sua classificação das ciências em especulativas e empíricas e, indo além, desde geógrafos da Antiguidade Clássica associados ao estoicismo, que se mantiveram ligados à contemplação. Nota Vidal (1896) que os geógrafos antigos foram incapazes de construir um pensamento geográfico com base no método da observação. Segundo o mesmo, a falta de precisão nas informações imputou-lhes um princípio de fraqueza.

¹⁶ “As instituições e os costumes não têm forma material; mas são coisas diretamente ligadas aos objetos que o homem forjou, sob influência do regime social ao qual é adaptada a sua vida. Estes objetos refletem hábitos que derivam do estado social ou que os inspiram” (VIDAL DE LA BLACHE, 1902a, p. 15, tradução nossa).

por um léxico epistêmico elogioso ao expansionismo territorial francês, no período do imperialismo europeu, arrolado no século XIX, o pensamento vidaliano chega a apelidar o homem (“civilizado”, diga-se de passagem) como o “senhor das distâncias” e como fator geográfico.

O alto grau de civilização – que, segundo Vidal, retira o homem primitivo de tal condição quando o mesmo já não possui em mãos as velhas e incipientes técnicas rudimentares – sugere passos de liberdade frente às influências quase que inescapáveis do meio. O homem moderno livra-se da parca capacidade de reação, na medida em que elege modos de vida que o permitem adaptar-se ativamente ao meio, tratando-se de uma adaptação-transformação. O ecúmeno, a partir disso, desvela-se aos olhos de quem o observa e descreve como um mosaico ou um complexo de quadros de vida talhados pela capacidade técnica que o homem apresenta no momento de sua inserção ao meio. Já nesse processo, a contingência urge como condição de vida, criada ou estimulada pelos próprios grupos humanos. Como contraproposta teórico-metodológica à antropogeografia ratzeliana, Vidal acrescenta à passividade do homem, o seu caráter ativo, configurando-se agente e fator geográfico.

A obra vidaliana em exame, publicada postumamente por Emmanuel De Martonne, ressalta o valor da Geografia Botânica para a introdução do conceito de meio na ciência geográfica, atribuindo, também, à Humboldt a sua fecundação, quando se destina a trabalhar com a fisionomia da vegetação na composição de características de uma paisagem dotada de individualidade (singularidade, de forma mais adequada). O geógrafo extrai da Ecologia e dos estudos de Geografia Botânica noções como concorrência, adaptação ativa e passiva ao meio, associações oriundas da coabitação entre organismos variados. Inspirando-se na Ecologia de Hæckel, Vidal, diante das ideias de relações mútuas entre organismos vivos e de adaptação ao meio, expostas em *Histoire de La création des êtres organisés*, obra de 1884, enxerga o meio como potência, capaz de “agrupar e manter juntamente seres heterogêneos em coabitação e correlação recíproca” (VIDAL DE LA BLACHE, 1954, p. 30). Entre as relações hostis e uma existência solidária, graças à própria adaptação (fenômeno que adjetiva o meio em “meio compósito”), inclui-se o homem.

Vidal atribui à fase “pré-histórica” o início da adaptação da espécie humana ao meio, justificando a implantação deste estudo na Geografia Humana frente aos já avançados debates encontrados tanto na Geografia Botânica quanto na Geografia Zoológica. Tal digressão, antes mesmo de buscar provar as singularidades regionais e a formação de domínios, registra a distribuição das populações ao longo da superfície terrestre e as dificuldades-facilidades

encontradas pelos grupos humanos, diante dos obstáculos e auxiliares percebidos ao longo do movimento de migração. Os processos que os homens se submeteram, regidos por adaptações variadas, voltaram-se à existência. Os modos de existência são experiências no meio a serem utilizadas, adiante, por “homens do futuro”, mas como contingências históricas, isto é, como possibilidades. O uso do meio e o aproveitamento das contingências aliam-se à diversidade da própria superfície. As próprias possibilidades, aliás, desvelam-se de formas diversas, a depender das condições de vida estabelecidas em cada meio.

Há regiões que a população ocupa poderosamente e onde parece ter utilizado, mesmo com excesso, todas as possibilidades de espaço. E outras há onde é diminuta e disseminada, sem que, aliás, razões de solo ou de clima justifiquem tal anomalia. Como explicar estas desigualdades senão por correntes de imigração, originadas em tempos anteriores à História e cujos rastros só a Geografia pode ajudar-nos a encontrar? E hoje, naturalmente, essas regiões abandonadas transformam-se em centros de atração para os movimentos que agitam a humanidade atual (VIDAL DE LA BLACHE, 1954, p. 33).

A organização do meio pode ser encarada como o resultado do uso dos recursos técnicos ou do que o geógrafo denomina *produtos da indústria local*. Tais recursos são a face materializada da íntima relação dos grupos humanos com o meio. Eles são a prova concreta das estratégias de adaptação pelo estabelecimento da vida humana. Essa adaptação contingencial, logo, faz-nos crer que a própria contingência não se revela como indeterminação, mas reconhecimento da lei das probabilidades. São múltiplos os(as) fatores/elementos/variantes que compõem a contingência: do clima ao desenvolvimento técnico, passando pelas distâncias entre um ponto e outro e pela posição geográfica. Vê-se, então, que a distribuição populacional se dá de maneira desigual, porque depende da força do homem que a pratica. Segundo o geógrafo,

A nossa raça lançou postos avançados para as grandes altitudes, para os desertos, para as regiões polares; e há nesta expansão do homem, a despeito do frio, da aridez, da rarefação do ar, um desafio que é bem uma das afirmações mais notáveis da sua *hegemonia sobre a natureza*. Nesses domínios que lhe pareciam interditos, o homem avançou, mas não com o mesmo passo por toda a parte; a força que impeliu a humanidade para além dos seus limites naturais, exerceu-se desigualmente segundo as regiões (VIDAL DE LA BLACHE, 1954, p. 50, grifo nosso).

Um domínio do ser sociabilizado sobre a natureza de maneira “hegemônica” torna-o,

mediante a lógica que se apresenta em sua sentença, um ser dotado de superioridade frente à natureza e os homens destituídos das técnicas imprescindíveis à evolução da humanidade. O homem aparece, logo, como um elemento de ação – não aquela provinda de sujeitos que, conscientemente, reconhecem sua generidade, mas como a de um indivíduo –, apelando bem mais a um individualismo em detrimento de uma análise do homem em sociedade, como o fizera Reclus. O indivíduo como elemento de ação, possuindo “envergadura” nas migrações que desenvolvem e praticam, e dominando a do espaço que põe sob sua tutela, é capaz de medir a força de expansão da humanidade. Argumenta Vidal que “o homem não está para a natureza ambiente em uma relação de dependência semelhante à dos animais e plantas” (1902a, p. 22, tradução nossa).

Atrelado a este pressuposto é que Vidal sublinha o protagonismo dos homens em sua ocupação, rearranjo do meio e migração-distribuição, frente às pretensas influências das regiões, destacando que “a distribuição dos homens não se explica pelo valor das regiões. Aquele que, lançando um olhar de conhecedor sobre climas e solos, tentasse deduzir só por isso o grau de ocupação humana, expor-se-ia a cometer erros” (VIDAL DE LA BLACHE, 1954, p. 53). Em *Les conditions géographiques des faits sociaux*, Vidal expressa um argumento que conflita com a afirmativa de Fernandes Martins – para quem, na obra vidaliana, não há uma relação de causa e efeito –, ao dizer que “as trocas recíprocas se operam em todos os níveis de civilização entre as condições geográficas e os fatos sociais. Como tudo é ação e reação, tanto no mundo moral quanto no físico, há casos onde a repercussão de causas sociais atua amplamente sobre a geografia” (VIDAL DE LA BLACHE, 1902a, p. 21, tradução nossa).

Coabitação, solidariedade e determinismo geográfico

Vidal não evidencia um modo de ser para cada ser, mas os distingue pelo modo como os seres se habitam ao meio, isto é, como se adaptam para que possam realizar suas funções. Tal adaptação não se completa sem que a inserção à esfera da coabitação se realize. Essa noção se origina de interações, harmônicas ou conflituosas, entre modos de ser distintos que, quando reunidos, constituem a base material de existência. Coabitar significa, pois, solidarizar-se à natureza, transformando-a e forjando técnicas ou instrumentalidades para humanizar o meio, não lhe atribuindo consciência, mas demarcando a diferença ontológica à

medida que o homem se aproxima historicamente das relações sociais.

O individualismo impresso na obra de Vidal não desumaniza o homem, apenas adota outros princípios para justificar a presença e o papel seminal da sociabilidade¹⁷. Os seres coabitados veem o homem como seu dirigente-associado, uma vez que, produzindo necessidades, reclamam por um espaço integrado e compartilhado. Pondo-se como elemento hegemônico de ação, o homem não se humaniza para garantir a sua existência noutro meio que seja despido da convivência com outros seres. Ao contrário, alia-se ao complexo campo da vida animal e vegetal e à estrutura inorgânica para se juntar à chamada “cumplicidade dos hábitos” e ao “poder do meio”. Estes, frisa o geógrafo, “não são de modo algum valores a desprezar no estado das civilizações atuais” (VIDAL DE LA BLACHE, 1954, p. 151), uma vez que “a necessidade dos homens se reunirem para o aproveitamento das águas, para a construções dos poços, para a conservação de certas obras, para o arranjo de um meio favorável às culturas, estreita a coabitação” (VIDAL DE LA BLACHE, 1954, p. 247).

Notemos a insistência de Vidal em sublinhar que há complexidade nas interações vivas e inanimadas e que esta clama por associações irredutíveis, como que numa necessidade de acomodação num espaço integrado e colaborativo. Há coesão no meio, “em consequência da necessidade que têm de se apoiar uns nos outros” (VIDAL DE LA BLACHE, 1954, p. 148). Mas não se pode atribuir aos organismos vivos e à natureza inorgânica condições de inteligência que os encaminhem a um nível de compreensão. Estes seres, em verdade, reagem às condições impostas num espaço dado. Não há vontade, mas resposta às condições climáticas. Mas os seres orgânicos e inorgânicos, apesar de não possuírem a consciência humana, são, assim como os homens, seres localizados. Tal localização imprime certa regulação da adaptação, por onde os seres se acomodam e se localizam. A adaptação institui, em cada modo de ser, uma “economia de esforços”.

Uma fenda de rochedo, ainda que por pouco tempo lá se tenha introduzido um nada de poeira, atapeta-se de alguns musgos, junto dos quais, ao acaso dos germes trazidos pelos ventos, se instalam plantas diversas; e, à volta destes vegetais, não tarda que um mundo zumbidor de insetos afluja (VIDAL DE LA BLACHE, 1954, p. 148).

¹⁷ Vidal não descarta a imperiosa presença da coexistência no projeto de produção de novos arranjos espaciais. Os estabelecimentos humanos nascem da coabitação e do compartilhamento das necessidades. “Seja qual for a importância do grupo de que faz parte, o homem não age nem vale geograficamente senão por grupos. É por grupos que ele atua na superfície terrestre” (VIDAL DE LA BLACHE, 1954, p. 63). Os grupos isolados, por ele chamados de *grupos moleculares*, estão fortemente ligados à natureza, mas pelo laço da dependência e da influência direta. Isso não ocorre em razão do enraizamento, uma vez que os *grupos nomadisantes* também marcam suas referências na superfície terrestre, mas do localismo e, principalmente, do isolamento (leia-se, da ausência de relações).

Em resumo, sentencia Vidal: “no ponto de vista geográfico, o fato de coabitação, quer dizer, o uso em comum de um certo espaço, é o fundamento de tudo” (1954, p. 148). A ação de localização é o enlace das formas concorrenciais ou harmônicas entre os entes de um mesmo todo, transbordada de “tensão de esforços” para inscrever-se na superfície e de estabelecer a sua permanência num espaço permissível (VIDAL DE LA BLACHE, 1913). As relações daí provenientes fazem brotar uma natureza diversa e resistente (e fechada), mas atraente ao homem. O meio, assim, põe-se como sinônimo de adaptação.

Há momentos, porém, em que essa natureza tranquiliza os deslocamentos humanos em busca dos espaços cômodos à sua processualidade. A natureza, neste caso, se abre às necessidades humanas, numa espécie de reflexo na relação necessidade-liberdade; ela facilita a edificação da humanização dela mesma pelo homem, oferecendo-lhe material para abrigo (habitação e vestuário) e alimentação. As intempéries do clima, p. ex., não atormentam os propósitos dos agrupamentos humanos prenes de “civilização”. Tomemos nota: “pela facilidade de existência, com as vantagens e inconvenientes que acarreta, as zonas da Europa situadas ao Sul de 40° de latitude, aproximam-se daqueles que, na Ásia, favoreceram o florescimento da espécie humana” (VIDAL DE LA BLACHE, 1954, p. 112).

A vida moderna impõe obrigações (educação, higiene, distrações e impostos, p. ex.) que são superadas apenas pelo esforço, a partir da criação de recursos. A Europa Central ou Setentrional, embora não encontrando condições naturais, superou as exigências da natureza (esforço que as sociedades asiáticas não foram capazes de empreender, segundo o geógrafo). Diz-nos Vidal: “a formação da aglomeração europeia aparece, por isso, como uma obra de inteligência e do *mérito* quase tanto como o da natureza” (1954, p. 116, grifo nosso). Embora não seja privilégio de uma “raça”, os esforços de superação dos obstáculos naturais oferecem aos europeus “qualidades superiores”, uma vez que foram capazes de extraírem recursos que o meio “ocultava”. Tem-se, aqui, um fragmento do discurso vidaliano claramente inspirado na reprodução das concepções racistas e eurocêtricas, convertidos em “áreas-laboratórios” cheios de vidas e possibilidades. A sua epistemologia encobre as contradições da ontologia.

Quando os europeus se autoproclamam principal grupo humano do Globo, a capacidade inventiva de uns em detrimento de outros nos aparece como principal justificativa de tal afirmação. A civilização “avançada” seria um conjunto de indivíduos que promoveram as comunicações recíprocas, a partir das relações reticulares provindas do comércio. Ao dar um salto qualitativo do habitar – saindo da capacidade de localização (em posição) para chegar ao nível de produção social de relações em escalas variadas (por situação) –, a “raça

evoluída” supera as civilizações atrasadas ou rudimentares, porque ainda são qualificados pelo localismo. A “raça menos avançada” não prolonga a sua existência a outras áreas com tanta eficácia, o que demonstra um relativo abandono do próprio modo de ser do homem-no-mundo: a capacidade de não se repetir.

Em nosso exame, quando Vidal argumenta que a civilização pretensamente atrasada não reage às redes que se formam (relações socioespaciais mais complexas), condena à estagnação e ao mimetismo os homens lentificados a repetirem os padrões de desenvolvimento econômico e de cultura¹⁸ de outros povos. Essa classificação esconde uma sutileza em relação aos homens adeptos aos gêneros de vida não hegemônicos. Convém, aqui, demarcá-la: o homem, ao repetir o modo de vida do outro, não só se confina na repetição (produzindo mais do mesmo que, no passado, foi produto do golpe da invenção), como também se desacelera no processo de “evolução humana”, como quem retroage ao mundo estritamente orgânico. O homem, pois, deixa de ser humano, perdendo a processualidade do ser social; ele deixa de produzir o novo para recolocar as necessidades ontológicas que não são suas. Essa nos parece ser a marca do determinismo geográfico na obra póstuma de Vidal.

Para ele, o mundo físico interroga o homem e exige dele trabalho (esforço conjugado com ação no meio). Há zonas do Globo que tal exigência não se mostra veementemente, facilitando a vida do ser terrestre, reduzindo-o a um parasitismo consequente e, ao mesmo tempo, a uma situação social prenhe de uma situação física.

Há, pois, climas onde, após a satisfação dada às necessidades de alimentação, o homem médio, que representa, em suma, o principal elemento numérico da população, pode, quase impunemente, entregar-se às suas fantasias. Muito diversa é a concepção social que, nos climas do Norte, resulta do que Montesquieu chama “o necessário físico”. Os deveres aumentam com as necessidades, e eliminam, ou pelo menos rebaixam a um nível muito inferior, esse elemento de parasitismo que nos climas menos exigentes faz pulular a mendicância e a vagabundagem. Lá, o mendigo não é já “um ser amado por Deus”. Liga-se imperiosa consideração ao exterior da casa e da pessoa, àquilo que constitui o esforço e que é bem expresso pela fórmula inglesa *standard of life* (VIDAL DE LA BLACHE, 1954, p. 116).

As influências climáticas e de posição (traduzida pelo quadro cartesiano, apoiado pela cosmologia ptomolaica) sentidas pelos homens mais sensíveis ao mundo vivo, podem fornecer-lhes um efeito antiontológico. O homem adapta-se ao meio, recorrendo às adaptações fisiológicas. Vidal, ao fazer uma viagem expositiva com bases na zoologia, na

¹⁸ Neste contexto, cultura pode ser traduzido por modo de vida.

botânica e na fisiologia humana, parece se perder no todo “dialético” (em verdade, emoldurado pelas interações entre os mundos orgânico e inorgânico), equivocando-se na exposição, a partir da qual se aproveita para esboçar a sua filiação às teorias raciais-racistas, cunhadas pelo inegável determinismo geográfico. O poder do meio é tão latente que o geógrafo chega a afirmar que a influência do meio ambiente (como a ação altimétrica) pode provocar no homem perturbações de ordem social e moral, ao transformar o seu caráter socialmente indisposto ao esforço.

Mas, por outro lado, a altitude intervém como princípio perturbador, gerando outras consequências. Populações relativamente numerosas estabeleceram-se, a 2.000 metros e mais, nos planaltos que, nas regiões mais afastadas do globo – tanto na Abissínia, como nos Andes –, ocupam uma parte das regiões tropicais: aclimataram-se aí há muito tempo e formam como que ilhotas distintas. A secura do ar, pelo obstáculo que opõe as fermentações da vida macrobiana, garantiu lá a notável salubridade cujo atrativo reuniu os homens, porque os punha ao abrigo das doenças das terras baixas. Provenientes de raças, por certo, muito diversas, eles parecem, entretanto, haver contraído, sob a influência do ambiente, um caráter comum que se enraizou: a *antipatia pelo esforço* (VIDAL DE LA BLACHE, 1954, P. 155, grifo nosso).

Seguindo a sua própria orientação metodológica, é como se o clima e as variações térmicas, em altitudes elevadas, não impusessem obstáculos ao homem e esse, por sua vez, não precisasse esforçar-se para ultrapassar as necessidades inscritas na vida social. A pressão atmosférica a 2.000 metros, relativamente rebaixadas, forçaria o organismo a alterar, no sistema respiratório humano, o recebimento de gás oxigênio em células sanguíneas. Isto explicaria a pretensa “antipatia ao esforço” dos habitantes de altas altitudes, em decorrência de uma consequente lentidão nos movimentos musculares.

Para Vidal, existe uma *hereditariedade fisiológica* capaz de refrear a capacidade humana de se inserir no processo de hominização, a partir dos próprios parâmetros que ele levanta. No caso reproduzido acima, o homem estático por “conformidade” perderia seus movimentos ou sua agilidade que poderia lhe fornecer utensílios para alcançar graus de cultura mais avançados. Ele confirma o determinismo geográfico para buscar provar a superioridade (intelectual, sobretudo) dos povos europeus e, conscientemente, condena o estrangeiro à animalidade. Dito de outro modo, ao estrangeiro reserva a parca relação com os modos de ser do ser social, como se ele retirasse aquilo que qualifica e distingue os homens de outras esferas: a consciência.

Vidal sustenta que o homem, dotado de uma fisiologia debilitada (ou seja,

“naturalmente” limitada), é incapaz de adaptar-se e de aclimatar-se. Fala-se, essencialmente (mas não exclusivamente), do “homem primitivo” que perde ou que não dispõe de plasticidade para conquistar e operar recursos, que dirá a energia vital para encarar os fatores sociais (organização societal e criação do novo como marca visceral do ser social) e para controlar a “influência soberana dos meios” (VIDAL DE LA BLACHE, 1954, p. 161).

Processualidade e individualidade: a assinatura ontológica de cada ser na superfície da Terra

Na geografia vidaliana, o ser social assemelha-se aos animais, porque sofre influências do ambiente, através dos órgãos de respiração, de nutrição e de secreção. O ser orgânico animal une-se ao ser social por “analogias fisiológicas”. As reações ou defesas ao meio podem diferir daquelas instintivamente, via “estímulo especial”, projetadas pelo animal, mas o princípio é semelhante. O homem tende a ser “superior”, porque possui uma “vantagem especial” frente aos outros seres. Ele dispõe de livre escolha para estabelecer morada, tornando-se sedentário – fixando-se, mas preservando o movimento –, mas não perdendo a sua capacidade psicomotora.

A inteligência leva-o a criar, a inventar, dentro da esfera da novidade, os instrumentos necessários à vida. Os instrumentos não reproduzem o mesmo (como na esfera orgânica), nem se torna outro (como na esfera inorgânica, onde a matéria se ajusta e se transforma em outro algo). Os instrumentos são o resultado da consciência, própria da processualidade do ser humano. Somente o homem é capaz de avaliar a sua situação e a situação geográfica na qual se encontra. Vidal comunica que:

Em contraste com os lírios ‘que não fiam’ ele próprio [o ser terrestre sociabilizado] prevê à proteção do seu corpo. Quanto a velocidade, buscou-a no animal e, depois, nas energias acumuladas na matéria. Há como que um princípio de progresso nestes conflitos que nascem das necessidades do meio” (1954, p. 154).

No momento de apropriação da natureza, o homem realiza a produção dos instrumentos se aproximando do ser inorgânico. Ao fazê-lo, impede-se de negar a processualidade do mundo inanimado, ao contrário, procura estudá-lo para convertê-la em relações inelimináveis da existência. O uso da pedra e da madeira é um exemplo de como a vida inorgânica é capaz de ser fundante ao “edifício” humano. A prática de apropriar-se desses materiais, para Vidal, ofereceu ao homem condições existenciais de se defender, de se abrigar

e de conservar a sua fixação, de modo que esses mesmos materiais “se associa[m] intimamente às ocupações e aos hábitos” (1954, p. 214).

O que une e separa os seres na vida terrena é o binômio mobilidade-imobilidade. O ser social inorgânico não se reproduz, não possui tal necessidade, tampouco se movimenta para reproduzir-se. A título de exemplo, notemos que a circulação Geral Atmosférica não é o mesmo que movimento dos ventos, mas, simplesmente, escoamento do ar, dinamicamente ligado por um aquecimento da superfície que não se estabelece de maneira homogênea. Trata-se da dinâmica de reação ou de causalidade, onde o aquecimento desigual da superfície provoca o transporte de calor e produz pares de células de circulação. Essas células (Hadley, Ferrel e Polar) se formam pela combinação da posição com áreas de pressão e temperatura. Não há consciência, trabalho ou, mesmo, instinto nessa dinâmica da natureza inorgânica. Já que não se pode confundir movimento com circulação, afirma-se que a natureza inorgânica é imóvel. A circulação atmosférica¹⁹ resume-se a fluxos que provocam fenômenos. Sob outro modo de ser, o mundo vivo oferece outras categorias.

O mundo orgânico, dividido em vegetal e animal, obedece a outras leis gerais. Enquanto as plantas possuem meios limitados de resistência, em decorrência de sua fixação ao solo, os animais dispõem da mobilidade. Ambos, porém, são influenciados pelo meio e lançados por uma adaptação climática. Tal mobilidade animal provém do instinto ausente no mundo inorgânico; ela chega ao mundo dos homens através da fixação que ele mesmo produz no meio, via estabelecimentos humanos, fixação esta que tem como fundo a duração do habitar ou, para Vidal, o “significado geográfico”.

Os “impulsos naturais”, sejam eles inorgânicos ou orgânicos, estimulam as relações humanas (VIDAL DE LA BLACHE, 1902b). Estas se originam da capacidade do ser social de se mover e, principalmente, de comandar a organização espacial provinda do domínio de fixação. Gradativamente, essa fixação engrossa a plasticidade humana que leva os grupos humanos a se distribuírem e a se fixarem para, adiante, dar origem às civilizações. Conforme Moreira, “a organização espacial da sociedade começa com a seletividade” (2001, p. 16), fenômeno concreto dos princípios de localização e distribuição do homem na Terra. O geógrafo continua: “espécie de ponte entre a história natural e história social do meio, a seletividade é o processo de eleição do lugar e do(s) respectivo(s) recurso(s) que inicia a

¹⁹ “(...) a circulação atmosférica – consequência da absorção parcial e diferencial de energia pela atmosfera terrestre – permite o fenômeno da condensação da umidade atmosférica pelo contato de massas de ar de temperatura desigual. Em certos casos, enseja a formação de precipitações. As gotas de água da chuva e os cristais de gelo da neve caem, atraídos pela gravidade terrestre. Outra manifestação concreta da circulação atmosférica é o vento” (TRICART, 1977, p. 22).

montagem da estrutura espacial das sociedades” (MOREIRA, 2001, p. 16).

A mobilidade do homem permite às civilizações romper com os movimentos instintivos para, adiante, conquistarem a força do uso e apropriação do espaço via seleção do meio. O poder de localização do homem lhe enche de energia para enfrentar o localismo e a predestinação natural. Mais do que isso, ele é o resultado das relações espaciais e do desempenho do trabalho criativo, produtor de espaço. A localização humana sugere transformação, ao passo que a localização da natureza viva sugere (não de forma consciente, uma vez que se trata de um ser dotado de uma processualidade muda) a forma às construções (moradias) e fornece matéria-prima ao homem²⁰. O reino animal, portanto, põe-se como um guia à indústria humana.

Os estabelecimentos humanos, quando fixados, facilitam o acúmulo de histórias e experiências da natureza humana. Diz-nos Vidal: “a permanência dos estabelecimentos é proporcional ao patrimônio acumulado no local, aos melhoramentos realizados [mudanças, ação inventiva], às relações [metabólicas homem-meio] adquiridas” (1954, p. 229). O geógrafo afirma a processualidade do ser social, afirmando o caráter inventivo de suas ações²¹:

Fundando, em certos pontos favoráveis, estabelecimentos, em que gerações sucessivas concentram os produtos da sua atividade, o homem instala uma alavanca para agir nos arredores, e até por vezes ao longe. Esses estabelecimentos têm significado geográfico não só por si mesmo, mas pelas modificações que provocam em volta (VIDAL DE LA BLACHE, 1954, p. 230).

Estes mesmos estabelecimentos têm significado geográfico, não só por já ter sido pensado e projetado na materialidade – seguindo a lógica da diversidade das formas em razão das disparidades sociais –, num sítio previamente escolhido, mas, também, por ser a marca empírica da qualidade das relações estabelecidas no espaço que, por vezes, não deixa a esfera da imaterialidade. Eles são a expressão, portanto, da fundação da geograficidade e o aprisionamento do homem à rede das técnicas, que o permite lançar mão às condições da natureza e modificá-la, obedecendo sempre às exigências postas como pressupostos à instalação. Ademais, disseminados, dispersos ou aglomerados, os estabelecimentos é razão de

²⁰ “(...) não há região do globo onde o homem não tenha encontrado alguma matéria-prima para utilizar; em certos casos, mais do que a matéria faltou o esforço de espírito, a iniciativa” (VIDAL DE LA BLACHE, 1954, p. 281).

²¹ “Pode-se alegar, todavia, que a verdadeira pátria de uma invenção é o meio no qual se torna fecunda e diversificada as suas aplicações” (VIDAL DE LA BLACHE, 1954, p. 282).

ser do ser terrestre. Vidal (1954) chega a dizer que os estabelecimentos humanos dão expressão ao país.

As técnicas que sustentam a sobrevivência e que estimulam a reprodução biológica e social determinam o modo de vida nas relações humanas e espaciais. Basta lembrarmos com Vidal de La Blache que, na Índia, a necessidade de se praticar a irrigação, diante da escassez de chuvas, constitui uma relação íntima com a forma da habitação e do habitat. As aldeias construídas eram preparadas para auxiliar o homem a transpor as barreiras da natureza não ignoradas e, assim, combatidas previamente pelos estímulos do hábito de se lidar com as intempéries. Os modos de vida organizados ali praticam, assim, atividades que possam encontrar técnicas alternativas na captação de água. Reservatórios artificiais, contrapondo-se ao “terreno-obstáculo”²², passam a ser a medida do ritmo de vida de cada habitante das aldeias e um elemento indispensável. “Não há aldeia que não possua este órgão essencial, que é ao mesmo tempo obra sua e sua razão de ser” (VIDAL DE LA BLACHE, 1954, p. 258).

Em suma, se a expressão do país é oferecida pelos estabelecimentos é porque estes – vistos muito mais como acumulação de energia humana do que como moradia/morada – são o arcabouço histórico, a herança e a memória dos fatos gerais que jamais se produzem sem a imbricação de momentos²³. Vidal defende com essa tese a necessidade de se compreender as diferentes cadências da cadeia do progresso interrompido ou não, porque são elas que dão pluralidade às paisagens e ao tempo espacial nelas investido.

Por intermédio de tentativas acertadas ou fracassadas e dos processos de ambientalização, territorialização e enraizamento (MOREIRA, 2007), a superação dos obstáculos provindas da relação homem-natureza se impõe ao meio. Para se compreender o presente e a qualidade de existência do ser social em relação com o seu meio é necessário retroagir para extrair dos tempos pretéritos a herança cultural indispensável à evolução histórica. Vidal dirá, diante disso, que “um desenvolvimento embrionário precede o pleno desabrochar do ser. É preciso, pois, remontar um tanto no encadeamento dos fatos” (1954, p. 274).

Os trabalhos acumulados na matéria inorgânica colocam o homem no rol dos fatores geográfico de primeira ordem. Sem ele, o equilíbrio instável da natureza pairaria na esfera do

²² A presença dos obstáculos contribui para a origem das cidades.

²³ Elissalde (2000) recorda que Vidal cria um modelo que traduz a ação do tempo sobre a “personalidade geográfica” de uma região, de modo cumulativo. Conforme o próprio Vidal (1908), a individualidade da região é desvelada a partir da intervenção humana. Acerca da individualidade e da diferenciação das regiões, do “temperamento nacional”, do ser geográfico da região (especificamente da França), entre outros temas aproximados, recomenda-se a leitura da obra *Tableau de la géographie de la France*.

“mito”. A existência fenomênica a ser materializada – a presença humana –, dá azo à manutenção da iniciativa que materializa a sua sociabilidade e a individualidade do seu grupo diante das leis da natureza humanizada. Ao longo dos anos, a historicidade humana é passada às formas, aos conteúdos dos objetos, e tal feição ontológica do homem na Terra se prolonga até o tempo presente. O homem é o produtor do movimento e das relações, “sua obra sobre a Terra é longa; há poucas partes que não levam seus estigmas. Pode-se dizer que dele depende o equilíbrio atual do mundo vivo” (VIDAL DE LA BLACHE, 1954, p. 298). Dirá Vidal ainda que: “o que se exprime assim é a intenção que preside à adaptação da matéria, é o elemento inventivo pelo qual o homem imprime a sua marca. Há no espírito humano bastante unidade para manifestar-se por efeitos mais ou menos semelhantes” (1954, p. 183).

Há uma descrição rápida, aqui, da ruptura ontológica e do salto ao ser social como gênero que produz espaço, modificando-o, organizando-o e com ele interagindo. O homem quando imprime a sua marca, não se adapta (apenas) de modo passivo, atapetando-se como musgo – onde encontrar uma rocha exposta, um lugar úmido ou mesmo, a depender da espécie, habitats desérticos, talvez seja a sua única exigência e pressuposto à reprodução da vida – em habitats convenientes. Ele imprime a sua marca quando compreende que não pertence ao gênero mudo natural porque, mesmo dele dependendo para constituir-se como homem, adquire a consciência de ser um ser inventivo, numa adaptação ativa, pela *práxis* ou, como argumenta Ruy Moreira (2007), pela ambientalização, isto é, pela experimentação, e não pela pura contemplação.

Existe o que podemos denominar uma via fluvial, muito diferente, sem dúvida, segundo o grau de civilização dos ribeirinhos, mas também adequada como objeto de estudo tanto sobre as margens do Congo e do Ubangui quanto dos rios da Europa e da China. Em todo lugar trata-se, para o homem, de levar em consideração o regime, os ritmos e, de alguma forma, todas as palpitações deste ser caprichoso que é um rio, a fim de, com vantagens e a menor soma possível de perigos, unir a sua vida à vida do rio (VIDAL DE LA BLACHE, 1898, p. 100-101, tradução nossa).

Retirando-se do mundo biológico, o homem produz, na *práxis*, a sua relação individual com o meio que lhe permite sentir-se inserido na natureza, mas destacando-se pelo seu modo de vida. Em Vidal, a biologia condiciona e, por vezes, define o caráter do homem. O homem passivo é este ser dependente da ontologia de outro ser. Mas o ser social se emancipa da força da natureza, justamente no momento em que os primeiros arranjos espaciais surgiram, graças ao uso do fogo, uma vez que ele “proporcionava o meio de extirpar

a vegetação parasita, de desembaraçar o terreno em volta e de afastar as possibilidades de emboscadas e de surpresas” (VIDAL DE LA BLACHE, 1954, p. 60).

De todo modo, sendo passivo ou ativo, o homem jamais se reproduziu socialmente com a arrogância da superioridade ontológica, exceto no tempo presente. Atualmente, a solidariedade parece existir como alternativa e não como pressuposto à vida. O capitalismo do nosso tempo inverteu a lógica da vida, subordinando-a, e alimentando a lógica do capital. As solidariedades, hoje, são a resistência dos povos da terra – no Brasil, temos como exemplo os quilombolas, seringueiros, pescadores artesanais, quebradeiras de coco, ribeirinhos, cipozeiros, sociedades originárias, faxinalenses etc. – e não mais obra vital aos homens e mulheres que ocupam a superfície terrestre. A inversão referida opera sobre os homens e o seu trabalho, ao mesmo tempo em que desmantela o metabolismo homem-natureza.

As solidariedades existem desde os primeiros estabelecimentos humanos, e Vidal foi capaz de captá-las e postular que, apesar das diferenças, as ontologias se conjugam, a partir da simbiose homem-meio.

Entre a geografia física e a geografia política o anel intermediário é o estudo geográfico das plantas. E a planta que retira no mundo inorgânico os elementos da nutrição que ela elabora para o animal, e que este seria incapaz de obter diretamente. Ela é, assim, o intermediário entre os dois principais ciclos de fenômenos geográficos, os do mundo inanimado [natureza inorgânica] e os do mundo vivo [natureza orgânica]. Através dos elementos nutritivos que obtém da atmosfera, e que somente ela pode decompor, a vegetação é como uma fábrica viva de alimentos. A manutenção da população animal, enquanto carnívora, está em relação com os recursos vegetais da sua área. Assim, se estabelece entre o homem e o restante da natureza viva uma solidariedade que se pode estudar sob a forma mais simples nas zonas circumpolares, onde a manutenção de uma população humana está sob a dependência estreita do mundo animal. Podemos dizer que se a própria rena não encontrasse uma espécie de líquen que lhe permite atravessar o inverno, a existência do homem, sem companheiro, seria impossível (VIDAL DE LA BLACHE, 1898, p. 101-102, tradução nossa).

As solidariedades imprimem o compromisso das relações e interações e a importância existencial que estas possuem no modo do ser terrestre. Vidal chega a dizer que o homem é um “agente biológico”²⁴, mas, por outro lado, afirma que o ser orgânico é comandado pelas leis do ser social, confirmando o quadro da vida captado por ele em todo o Globo. Existiria

²⁴ A propósito, Lukács (2012) enxerga o homem como sendo uma parte da natureza orgânica, condicionado pelo mundo biológico, mas jamais determinado socialmente por ele, como é verificado em passagens da obra vidaliana. Para o filósofo húngaro, a fisiologia humana é o limite do mundo biológico na vida humana.

uma geografia da vida como o resultado direto das imbricações entre as geografias botânica, zoológica, política e humana. Todas as manifestações dessa geografia seriam presididas pelo homem, via trabalho fundante. As transformações humanas indicam as leis gerais postas sobre o chão da existência (VIDAL DE LA BLACHE, 1898).

O ser terrestre, em Vidal, se relaciona com a natureza da seguinte maneira: somente encontra força para exercer-se por intermédio dos seres vivos e inanimados, seja pela distribuição das plantas e dos animais ou pelos vínculos do mundo inanimado com o animal, indiretamente enxergado pelos homens. Em resumo, a existência diversa da vida na Terra é uma totalidade, produto da combinação entre a dinâmica da natureza e o ser social.

O homem cinzela e amolda a matéria bruta; comunica à pedra e aos metais as formas plásticas que lhes convém; mas relativamente às espécies vivas, sobretudo quando se trata das plantas anuais mais sensíveis e mais submetidas ao seu cuidado vigilante, ele faz mais. Cada momento da evolução daquelas oferece-lhe a oportunidade de intervir. E daí, penetrando, por assim dizer, na intimidade do seu ser, *identificando-se com elas*, consegue modificar numa certa medida as operações sucessivas dos seus ciclos de existência (VIDAL DE LA BLACHE, 1954, p. 203, grifo nosso).

Essa identificação, a formação da identidade pela diferença (entre os grupos e os lugares), é a feição direta das modulações do habitar – ocupação e uso de um meio conscientemente selecionado – e da maneira pela qual a totalidade chega à vida concreta. A ocupação produz articulações novas, relações visíveis e invisíveis, e combinações múltiplas, reunindo fatos de ordens próprias provindos de lugares diferentes (VIDAL DE LA BLACHE, 1913; 1954). As atividades humanas rebatem em associações coletivas e não em indivíduos, ademais, não retiram dessas associações a qualidade de ser com os mesmos direitos no meio, que “não cessa de se complicar em função do progresso do nosso conhecimento do mundo vivo” (VIDAL DE LA BLACHE, 1954, p. 148).

Ocupação e trabalho do ser social na vida cotidiana

A própria força do meio – como possibilidade e como estímulo, uma vez sendo a área de ocorrência, a morada e a fonte de recursos, ao mesmo tempo – e as relações que o homem com ele estabelece se colocam como a vida cotidiana das civilizações. Além disso, é o resultado da emancipação do homem diante dessas forças, ao longo da evolução da

Humanidade. Na medida em que os agrupamentos humanos evoluem, apresentando traços de civilização, as influências do meio tendem a converterem-nas em resíduos.

Existiria, assim, um processo evolutivo que é marcado, do início ao fim, pela tentativa do homem em qualificar-se socialmente através do seu modo de vida (rural, urbano, pastoril, agrícola etc.) e dos seus hábitos ao projetar uma organização do meio, produzindo no espaço – ou localmente, admite Vidal (1902b, 1954) – tudo o que se põe na vida cotidiana como necessidade. Sobressai, logo, uma ontologia que tenta unir corpo e espírito, mostrando haver combinações irreduzíveis entre os fatos sociais e geográficos, temperamento e o quadro físico do ecúmeno, moralidade e posição, aparência corpórea e corporeidade, gênero de vida e humanidade ou, mesmo, intelecção e situação geográfica.

A existência do ser terrestre, integrante de um agrupamento e de uma “raça” circunscrita, é múltipla e modular: múltipla no sentido de ser maleável, plástica, isto é, sensível às influências geográficas e predisposta a constituir-se da maneira conveniente à adaptação; e modular, porque age de acordo com os modos de vida e com os ritmos da vida cotidiana no meio, bem marcados e divididos em tempos desiguais no interior de compassos concretamente produzidos por modulações. Convivem, aqui, tempos lentos e acelerados por habilidades técnicas adquiridas diante das atividades desempenhadas e, também, arranjos espaciais díspares comandados por modos de ser e de estar. As modulações do estar acompanham as do ser, e vice-versa. Em outras palavras, a existência “é” por já estar sendo no meio diverso, mas com movimento que nos permite visualizar as diferenças do meio (materializadas nas paisagens) e no meio (concretamente oferecidas pelos objetos/utensílios fabricados pelos homens) e, concomitantemente, as do ser (amplificado pelo gênero de vida).

O homem, desde que sentiu a necessidade de se fixar, fez o seu ninho com os materiais que tinha ao seu alcance e sofreu influência deles. É exato dizer, sobretudo a este respeito, que *a matéria dita a forma*. Razões de clima e de solo determinaram, segundo as regiões, o emprego preponderante da madeira, da terra ou da pedra. Mas, por sua vez, *estes materiais guiam a mão do homem*, tendo cada um as suas exigências e, por assim dizer, o seu caráter, imprimem aos estabelecimentos humanos as suas particularidades de formas, dimensões e resistência. Daí resultam tipos gerais que contribuem para o cunho característico das regiões (VIDAL DE LA BLACHE, 1954, p. 205, grifos nossos).

Apesar dos momentos de isolamento, que causa estagnação e suspensão da inteligência, o homem produz a novidade pelo progresso. As relações e os contatos dão “aptidão para o progresso” aos homens. Na luta pela existência, os homens souberam

selecionar os espaços favoráveis à vida, que, conforme Vidal (1954), não foram os mais férteis, mas sim aqueles que facilitavam o trabalho.

A propósito, o isolamento enfraquece o poder que o homem tem diante da “lei da necessidade”, uma vez que este fenômeno concreto inibe a evolução, condenando o homem à esfera biológica. Segundo o geógrafo:

O isolamento expunha tais sociedades à atrofia, a ficarem perpetuamente escravizados aos hábitos contraídos sob a impressão do meio em que lhe havia revelado o segredo de uma existência melhor. Essas comunidades humanas teriam acabado por se assemelharem às sociedades animais que nós vemos presas à sua organização, repetindo as mesmas operações, vivendo à custa do progresso outrora realizado uma vez por todas (VIDAL DE LA BLACHE, 1954, p. 77).

A passagem acima contradita com o que afirmamos em linhas anteriores, quando trouxemos a ideia de que o uso anacrônico dos padrões de desenvolvimento econômico de outras civilizações, por alguns, provoca mimetismo e um deslocamento do homem à animalidade. Trata-se, porém, de uma contradição inerente à obra do próprio geógrafo. Se antes ele desconsidera o risco de se cair no determinismo geográfico ao se referir aos padrões por nós recordados, agora, parece desviar-se do determinismo biológico. Vidal, assim como Ratzel, rejeita-o (MALPAS, 2009).

Embora Vidal não tenha deixado de visualizar a ineliminável relação entre as esferas ontológicas distintas, como pressuposto à evolução histórica – dando, inclusive, atenção à preponderância das objetivações instaladas na materialidade das mesmas relações –, não se desvencilha das interações pelas interações, não chegando nem mesmo às contradições limitantes de Hegel. O equilíbrio instável justificado por ele não compensa a ausência das contradições, ainda que tenha, num certo sentido, evidenciado o momento predominante²⁵ na relação sociedade-natureza, que descortina o processo de ruptura ontológica do ser social com o ser orgânico sem que estes convivam separadamente.

A relação homem-meio impõe ao homem a tarefa de ser o momento predominante em decorrência de sua capacidade de apropriação da natureza (de seus recursos e energias) e de, posteriormente, transformá-la em valores de uso. O momento predominante ou a

²⁵ Desejando uma embocadura epistêmica para redigir a nossa compreensão acerca da relação homem-meio em Vidal, pegamos de empréstimo a expressão “momento predominante” (*uebergreifendes Moment*) do pensamento marxiano que serviu a Marx alemão à inovação analítica diante da dialética de Hegel (LESSA, 1992). Cientes dos possíveis riscos de tal decisão, evitou-se o esvaziamento histórico do termo e as relações que aparentemente não são passíveis de serem fundadas.

transformação da natureza em valor de uso e a transferência do ser natural às leis da sociabilidade, segundo Vidal, pode ocorrer. Com o caso dos habitantes “antipáticos” ao esforço por causa da intervenção da altitude, reproduzidas em nosso texto, já não dá para afirmar que os atos humanos, em Vidal, se reduzem ao trabalho²⁶. Há trabalho, processo de produção técnica de objetos de primeira necessidade e instrumentos em geral pela *indústria doméstica* (prévia-ideação do abstrato ao concreto, objetivando o ideado, o planejado), mas isso não é o bastante. O trabalho, aqui, não é protoforma, forma originária do agir humano, como na ontologia marxiana, p. ex.. A altitude produziu uma ação, como se tivesse forjado o espírito humano (a natureza não pensa, não age, apenas responde a estímulos e variações).

Deve-se assinalar, entretanto, que o trabalho como categoria e qualidade do ser terrestre é evocado por Vidal em diferentes momentos de seus escritos. Se, ao lado da definição de trabalho referida acima pusermos aquela atrelada à ideia de desígnios humanos (VIDAL DE LA BLACHE, 1911b; 1954), teremos outra visão geral da matéria. Vejamos como Vidal (1954) enlaça as atividades humanas laborais: “nas diferentes condições de meio em que o homem se encontrou, e tendo primeiro de assegurar a sua existência, concentrou tudo o que possuía de destreza e de engenho para alcançar esse fim” (p. 262).

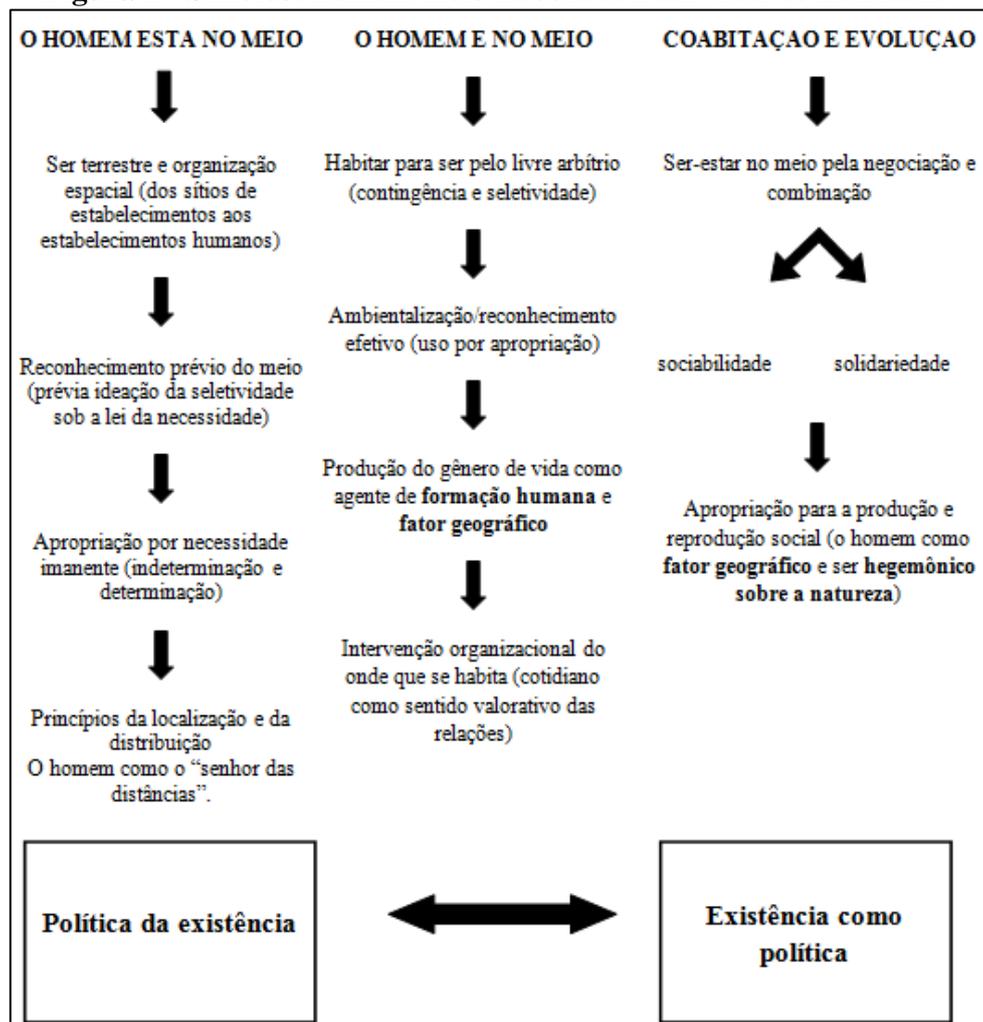
O geógrafo evidencia, ao mesmo tempo: i- o desígnio humano, isto é, a vontade de superar com ideias inventivas as necessidades, com intenções e esforços; ii- e a transformação da simples vontade em *práxis*, construindo instrumentos destinados à segurança e à alimentação, como armas, utensílios de pesca, caça e de cultura e, além disso, as habitações etc. Desse modo, comunica Vidal (1954) que:

Através dos materiais que a natureza lhe fornecia, e, por vezes, a despeito da rebelião ou da sua insuficiência, o homem procurou realizar certas intenções, fez arte. Obedecendo aos seus impulsos e aos seus gostos próprios, humanizou, para seu uso, a natureza ambiente” (p. 264).

Poremos em exposição, abaixo, um quadro geral (portanto, incompleto e sintético) da simbiose homem-natureza em Vidal de La Blache, desejando esclarecer este último ponto por nós evocado.

²⁶ Torna-se premente salientar que nem todos os atos se reduzem ao trabalho, conforme verificado pelo próprio Lukács (2012).

Figura 1 - Simbiose homem-meio na obra de Paul Vidal de La Blache.



Fonte: Vidal de La Blache (1896; 1898; 1902a; 1902b; 1954); **Org.:** Autor.

Resta-nos, diante das ideias sistematizadas acima, reiterar a presença do trabalho na constituição das formas espaciais, dos estabelecimentos humanos, dos objetos de trabalho e/ou de lazer e da formação do habitat. Em síntese, pode-se comunicar que inteligência humana e trabalho criam uma associação destinada a ligar a vida humana à natureza (VIDAL DE LA BLACHE, 1911b), gerando um movimento complexo de composição histórica. Quando o homem estimula as suas habilidades pela ação, em sua ambiência, faz o necessário esforço para superar a sua própria capacidade. Os graus de cultura, as civilizações díspares, nascem desse esforço assimétrico. Os gêneros de vida são a base da constituição de relações assimétricas de poder.

Por isso, o homem, quando de indivíduo torna-se ser social, nascendo em arranjos já instalados sob a lógica da existência, se converte em ser inventivo para o hábito. Entretanto, o homem, ao longo de sua história, aprende que a vida não é dada, assim como o espaço. Ela é

o resultado de produção histórica, estimulada por outras produções inscritas em modos de vida latentes. Isso explica, logo, os níveis do habitar e do ser: ser primitivo ou moderno, ser uma raça passiva ou ativa, dominante e civilizada, ser disposto e capaz de ser afetado pelas comunicações modernas ou pelo arcaísmo em colaborações agrícolas; ou, estar num habitat-abrigo ou, de forma mais complexa, num “conjunto organizado” (VIDAL DE LA BLACHE, 1911b), isto é, num território dos meios de ação humana.

Preche de mitos e preconceitos e interiorizada por uma epistemologia imperialista, a política da existência nasce como uma ideia em Vidal, jamais incorporada por ele como expressão, construto ou conceito. Como ideia, ela atravessa grande parte do pensamento vidaliano, justificando uma ordem universal da moralidade dos povos.

Referências

ANDRADE, M. C. de. **Geografia, ciência da sociedade**: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.

BORZACCHIELLO, J. S. **França e a Escola Brasileira de Geografia**: verso e reverso. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

BROEK, J. O. M. A evolução do pensamento geográfico. In: **Iniciação ao Estudo da Geografia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1972, 20-24.

CAPEL, H. **Filosofía y ciencia en la Geografía contemporánea**. Una introducción a la Geografía. Barcelona: Ediciones del Serba, 2012.

ELISSALDE, B. Géographie, temps et changement spatial. **Espace géographique**, tomo 29, n. 3, p. 224-236, 2000.

GALLOIS, L. Tableau de la Géographie de la France. **Annales de Géographie**, vol. 12, n. 63, p. 207-213, 1903.

LESSA, S. Lukács: trabalho, objetivação, alienação. **Trans/Form/Ação**, n. 15, p. 39-51, 1992.

LINS, R. C. Natureza e limites do conhecimento geográfico. **Ciência & Trópico**, 6(2), p. 271-286, 1978.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MALPAS, J. Geografia, Biologia e Política: Heidegger sobre lugar e mundo. **Natureza Humana**, n. 11(1), p. 171-200, 2009.

MARTINS, F. Prefácio. In: **Princípios de Geografia Humana**. 28ª ed. Lisboa: Edições Cosmos, 1954.

MOREIRA, R. As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades. **GEOgraphia**, v. 3, n. 5, p. 15-32, 2001.

_____. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. **Etc..., espaço, tempo e crítica**, n. 1 (3), v. 1, p. 55-70, 2007.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

SORRE, M. **El Hombre en la Tierra**. Barcelona: Editora Labor, S.A., 1967.

SEABRA, O. Territórios do uso: cotidiano e modo de vida. **Cidades**, v. 1, n. 2, p. 181-206, 2004.

TRICART, J. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE/SUPREN, 1977.

VIDAL DE LA BLACHE, P. Le principe de la géographie générale. **Annales de Géographie**, vol. 5, n. 20, p. 129-142, 1896.

_____. La Géographie Politique a propos des écrits de M. Frédéric Ratzel. **Annales de Géographie**, vol. 7, n. 32, p. 97-111, 1898.

_____. Les conditions géographiques des faits sociaux. **Annales de Géographie**, vol. 11, n. 55, p. 13-23, 1902a.

_____. Routes et chemins de l'ancienne France. **Bulletin de géographie historique et descriptive**, p. 115-126, 1902b.

_____. **Tableau de la Géographie de la France**. Paris: Librairie Hachette, 1908.

_____. Géographie générale – Les genres de vie dans la géographie humaine (Premier article). **Annales de Géographie**, vol. 20, n. 111, p. 193-212, 1911a.

_____. Géographie générale – Les genres de vie dans la géographie humaine (Second article). **Annales de Géographie**, vol. 20, n. 112, p. 289-304, 1911b.

_____. Des caractères distinctifs de la géographie. **Annales de Géographie**, v. 22, n. 124, p. 289-299, 1913.

_____. **Princípios de Geografia Humana**. 28ª ed. Lisboa: Edições Cosmos, 1954.

Artigo recebido em 20-08-2019
Artigo aceito para publicação em 03-07-2021